



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Formação profissional**

## **A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL DE PORTUGAL**

**KATHIUSCIA APARECIDA FREITAS PEREIRA COELHO<sup>1</sup>**

**LARA DOS SANTOS PIANISSOLI<sup>2</sup>**

**NICOLE ROCHA DOS SANTOS<sup>3</sup>**

**RAIANE ALVES FELIX NOGUEIRA DAS DORES<sup>4</sup>**

### **RESUMO:**

O objetivo deste artigo é identificar características que conformam a formação em Serviço Social em Portugal, a partir de pesquisa documental e revisão bibliográfica. Os dados mostram que os cursos de Serviço Social de Portugal seguem as orientações de Bolonha, apresentando uma variação de conteúdos em sua estrutura curricular e que atualmente distanciam-se da formação em Serviço Social brasileira.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Formação profissional; Portugal.

### **ABSTRACT:**

The aim of this article is to identify the characteristics that shape Social Work training in Portugal, based on documentary research and a bibliographical review. The data shows that Social Work programmes in Portugal follow the Bologna guidelines, presenting a variation of content in their curricular structure and that they are currently far removed from Brazilian Social Work training.

**Keywords:** Social work; Vocational training; Portugal.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Londrina

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Londrina

<sup>3</sup> Universidade Estadual de Londrina

<sup>4</sup> Universidade Estadual de Londrina

## 1. Introdução

Este artigo é resultado parcial de estudos empreendidos em projeto de pesquisa<sup>5</sup> e iniciação científica, com objetivo de identificar características da formação acadêmica em Serviço Social em Portugal na contemporaneidade. Para tanto aborda o desenvolvimento histórico e as transformações contemporâneas do Serviço Social em Portugal, destacando sua interação com o contexto sociopolítico e as influências da Igreja Católica. Ao longo das décadas, o Serviço Social em Portugal passou por uma série de mudanças significativas, moldadas pelo regime autoritário do Estado Novo, liderado por António de Oliveira Salazar, e posteriormente influenciado pelo processo de democratização e integração europeia.

Desde sua institucionalização durante o Estado Novo, o Serviço Social em Portugal foi caracterizado por uma abordagem autoritária e corporativista, diferenciando-se dos modelos de Estado Social presentes em outros países europeus. Sob a forte influência da Igreja Católica, o regime procurou coordenar e fiscalizar as ações sociais, conferindo à Igreja um papel central na assistência pública e na formação de elites católicas para participar ativamente no governo.

As escolas de Serviço Social, como o Instituto de Serviço Social de Lisboa e a Escola Normal Social em Coimbra, desempenharam um papel crucial na institucionalização da profissão, moldando a sua identidade e prática. Ao longo das décadas seguintes, especialmente nas últimas décadas do século XX, o Serviço Social em Portugal passou por transformações, influenciadas pela busca por modernização.

Durante o período mais intenso das lutas sociais pelo fim da ditadura em Portugal, o Serviço Social português vivenciou uma transição significativa ao adotar uma postura crítica, marcada pela resistência tanto à ditadura quanto ao modelo tradicional da profissão. Nesse contexto, os assistentes sociais passaram a implementar práticas voltadas para a dinamização e organização das populações, com o objetivo de melhorar suas condições de vida. A década de 1970, caracterizada por um cenário sociopolítico revolucionário, trouxe mudanças substanciais ao Serviço Social, influenciando a formação, a prática profissional e a organização política da área.

O século XXI trouxe consigo novos desafios e oportunidades para o Serviço Social neste país, incluindo o impacto do Processo de Bolonha na formação profissional, a crescente pressão

---

<sup>5</sup> O nome do projeto de pesquisa foi removido de forma a garantir o anonimato dos autores.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

neoliberal e a necessidade de adaptação a um ambiente em constante mudança. Este artigo identifica algumas dessas mudanças, destacando os avanços e desafios enfrentados pela profissão, bem como suas implicações para a qualidade da formação dos assistentes sociais em Portugal, bem como busca caracterizar brevemente o Serviço Social a partir da realidade de 9 cursos de Serviço Social portugueses.

## **2 A Trajetória da Formação Profissional do Serviço Social em Portugal**

A institucionalização do Serviço Social em Portugal está profundamente ligada ao contexto socioeconômico do Estado Novo e às influências da Igreja Católica. Sob o governo de António de Oliveira Salazar, o Estado Novo adotou uma abordagem autoritária e corporativista, distinguindo-se dos modelos de Estado Social presentes em outros países europeus. Durante o governo de Salazar a profissão tinha um caráter ideológico conservador, reproduzindo os valores expressados pela ditadura vigente e servindo como um instrumento de doutrinação moral para a população afetada pela desigualdade ou de famílias operárias. As ações filantrópicas, caritativas e vindas da Igreja eram a principal alternativa para tratar das expressões da questão social. O marco do processo de institucionalização da profissão foi a criação de escolas de Serviço Social no país como o Instituto em Serviço Social de Lisboa em 1935 e Escola Normal Social de Coimbra no ano de 1937, ambas de caráter privado. Estas escolas desempenharam um papel fundamental nesse processo. Estes centros de formação moldaram a identidade e a prática do Serviço Social em Portugal, fundamentadas na Doutrina Social da Igreja e na ciência social de Le Play, com nuances do pensamento positivista.

No entanto, durante a crise desse governo, os esforços da profissão foram direcionados para manter a força de trabalho para a indústria, exigindo uma mudança no currículo do curso. Com a mudança do Currículo em 1956 e durante a década de 1960, o curso passou a adotar uma visão desenvolvimentista e influenciada pela teoria norte-americana, com destaque para incorporação de disciplinas como caso, grupo e comunidade. A busca por influências norte americanas na base teórica, evidenciada pelo Instituto de Serviço Social de Lisboa na década de 1960, reflete a aspiração por modernização diante das novas demandas sociais (Coelho, 2018; Martins, 2008).

Com o enfoque metodológico no diagnóstico social e na técnica de "Serviço Social de Casos", desenvolvidos por Mary Richmond, há uma modificação nas práticas



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

profissionais, que antes estavam mais voltadas para uma abordagem assistencialista, afastando-se dos preceitos doutrinários do regime ditatorial fascista. Portanto, a partir dos anos de 1960 foi evidenciado uma aproximação crescente das ciências sociais na formação dos assistentes sociais. Profissionais e estudantes ligados a grupos católicos progressistas e politicamente resistentes à ditadura direcionaram a profissão a uma perspectiva mais progressista e comunitária. O Serviço Social português representado principalmente pelo Instituto de Serviço Social de Lisboa apoiou-se em projetos de desenvolvimento comunitário marcando uma notável transição em relação ao seu papel anteriormente mais assistencialista.

A Revolução dos Cravos, em 25 de Abril de 1974, pôs fim à ditadura militar mais longa do continente europeu. Esse movimento, amplamente apoiado tanto pelos militares quanto pelo povo português, abriu caminho para a democratização do país. O Serviço Social português a partir desse contexto se abriu a novos projetos profissionais, rompendo com a direção anterior que buscava sustentar os ideais da ditadura. Esse período também foi marcado por uma participação ativa do Serviço Social no processo de democratização da sociedade portuguesa, com significativo envolvimento nos movimentos sociais, fomentando uma perspectiva mais crítica e alinhada aos interesses da classe trabalhadora, reconfigurando o papel do Serviço Social como um catalisador de mudanças institucionais. As escolas de Serviço Social, por sua vez, demonstraram crescente interesse em promover pesquisas e investigações na área, impulsionadas pelas transformações sociais que demandavam novas abordagens profissionais, resultando em um redirecionamento da profissão na nova conjuntura sócio-histórica.

Durante o declínio da ditadura portuguesa, no governo de Marcelo Caetano (1968-1974), a lógica do desenvolvimentismo continuou influenciando a profissão, surgindo a necessidade de maior qualificação dos assistentes sociais para lidar com o planejamento e a coordenação de serviços sociais. Nesse período, o Serviço Social português teve contato com publicações latino-americanas, resultantes do Movimento de Reconceituação, especialmente com o Serviço Social brasileiro por meio de exilados da ditadura no Brasil. Segundo Martins (2009) este período de interação foi muito importante para as mudanças que ocorreram na formação profissional em Portugal, causando a recusa à neutralidade da profissão, pautada na influência norte-americana. Adquirindo influências marxistas e latino-americanas do Movimento de Reconceituação, mesmo que incipientes e localizadas.

A partir das transformações históricas do país e fomentado pelo interlocução teórica e ideológica entre Brasil e Portugal o Serviço Social português passa a buscar o



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

reconhecimento como licenciatura<sup>6</sup>, ou seja, como um curso universitário superior. Expressão desse processo foi a publicação do Decreto-lei n. 100-B/85, o qual foi fundamental para o reconhecimento do Serviço Social como licenciatura. Esse decreto previa que as universidades privadas, que ofereciam cursos de Serviço Social, também pudessem conceder o diploma de licenciatura. Para isso, exigia-se que essas instituições contassem com um corpo docente qualificado e um órgão de gestão científica em pedagogia.

Contribuição essencial no processo de qualificação do corpo docente em Serviço social em Portugal, foi em 1986, o intercâmbio de cooperação científica firmado entre a PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e ISSSL (Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa) para oferecer cursos de Mestrado para docentes e outros profissionais de Serviço Social, expandindo essa proposta para as outras instituições nos anos seguintes. (Coelho; Guedes, 2022)

No final do século XX, o Serviço Social em Portugal apresentou um grande salto qualitativo em relação à formação profissional, principalmente a partir de 1989 quando foi reconhecido o grau de licenciatura da profissão, expandindo o crescimento de ofertas de cursos de licenciatura de Serviço Social no país. No entanto, conforme a profissão foi ganhando destaque, não se apresentou qualquer processo de regulação sobre as normativas da formação profissional, não contendo entidades que regulamentam o ensino do Serviço Social ou mesmo da profissão, como é o caso das Diretrizes Curriculares..

Os anos que seguiram, ainda no final do Século XX, Portugal se inclina à Europa, evidenciado pela entrada do país na União Europeia e, no campo do ensino superior, pelas adaptações exigidas pelo Processo de Bolonha. Essas adaptações para o Processo de Bolonha visam a harmonização dos graus e diplomas dos cursos, alinhando-os cada vez mais com a perspectiva dos outros países europeus. No entanto, essa formação profissional passou a seguir uma lógica mercantilista, resultando em uma visão de desvalorização e precarização da formação, além de uma adaptação aos desejos do mercado; “tornou-se permeável a concepções de um perfil profissional mais tecnicista, em detrimento dum mais crítico, com maior solidez e qualidade, fragilizando ou mesmo fazendo regredir os avanços já conquistados” (MARTINS, 2008, p. 39).

O século XX marca o afastamento do Serviço Social português do brasileiro e a adequação às exigências de Bolonha. Em 2011, a A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do

---

<sup>6</sup> Em Portugal, a licenciatura é o grau máximo de formação no âmbito do primeiro ciclo, ou seja, na graduação. Um curso é reconhecido como curso superior universitário apenas se for certificado como licenciatura. Os cursos bacharéis não são considerados cursos universitários, mas cursos técnicos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Ensino Superior) criou a Comissão Externa de Avaliação (CAE), com o objetivo de verificar a qualidade do desempenho das instituições de ensino superior. A partir desse momento, a comissão deixou de incluir profissionais brasileiros, o que acontecia anteriormente, reforçando a aproximação à perspectiva europeia e se distanciando da visão crítica brasileira da profissão. O sistema de avaliação da A3ES se assemelha ao realizado pelo MEC no Brasil, mas com diferenças significativas. Enquanto o Brasil possui Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, que orientam cada área específica e contemplam os conteúdos mínimos a serem abordados, em Portugal não há diretrizes curriculares obrigatórias para a construção do perfil profissional. Não existe um documento formal que explicita os critérios de avaliação do curso, sendo apenas parâmetros estabelecidos pelos membros do CAE.

O cenário iniciado aos fins do século XX, início do século XXI, mantém-se no contexto atual, alguns riscos da sua vulnerabilização, designadamente a ausência de formas elementares de regulação da formação, uma vez que toda esta trajetória incluindo a adequação ao Processo de Bolonha foi realizada sem regulamentações próprias do Serviço Social. (DUARTE, 2009, p.143). Assim, com a inexistência de parâmetros e diretrizes obrigatórias para os cursos, as instituições possuem autonomia em relação aos conteúdos ofertados nos currículos, resultando em uma diversidade na construção dos Planos de Estudo<sup>7</sup> e nas variedades de conteúdos estudados de uma instituição para outra.

## **2.1 O Processo de Bolonha: a realidade do ensino superior na Europa**

A crise resultante do colapso do modelo fordista-keynesiano de produção forçou o capital a embarcar em uma nova fase de transnacionalização, levando ao que agora chamamos de capitalismo contemporâneo (NETTO e BRAZ, 2008). Os impactos dessa reestruturação, juntamente com as forças da globalização - ambos impregnados por ideais neoliberais - deram origem a uma nova trajetória para os processos econômicos, políticos e culturais. Neste contexto, os organismos internacionais, influenciados pelo capital e, entendendo a educação enquanto elemento basilar para a produtividade, empregabilidade e competitividade das economias, orientam para uma série de reformas educacionais.

---

<sup>7</sup> Planos de Estudos em Portugal assemelha-se aos Projetos Pedagógicos dos Cursos no Brasil, no qual consta a matriz curricular do curso e seus conteúdos pedagógicos.

Segundo Wielewicki e Oliveira (2010), o marco inicial desse processo de grandes mudanças ocorreu em 1998, durante um encontro de ministros da educação de quatro países — Alemanha, França, Itália e Reino Unido — que culminou na Declaração de Sorbonne com o objetivo de estabelecer uma "Europa do Conhecimento", impulsionando a internacionalização da educação no país (MEIRELLES, 2016). Este documento destacou o papel das universidades no desenvolvimento cultural da Europa. No entanto, em 1999, esse processo foi substituído pela Declaração de Bolonha, assinada por 29 países e seus respectivos ministros da educação, com o propósito de uniformizar o sistema educacional e conduzir a Europa rumo a uma integração científica e do conhecimento. A reforma do ensino superior na Europa se adequando às exigências desse processo visa preparar trabalhadores para um mercado em constante mudança através de cursos curtos, eliminar obstáculos à mobilidade de estudantes, professores e diplomados, e uniformizar currículos usando tecnologias da informação incluindo a implementação de um sistema de três níveis de ensino (graduação, mestrado e doutorado), o reforço da garantia da qualidade e a facilitação do reconhecimento de diplomas e qualificações..

Em Portugal a adequação ao Processo de Bolonha só ocorreu a partir de 2005, com a Lei n.º 49/2005, que introduziu o Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (ECTS), além de mecanismos de mobilidade e o suplemento ao diploma. Assim, o ensino superior passou a ser estruturado em três ciclos de estudo: licenciatura, mestrado e doutorado. No entanto, a fase de implementação enfrentou vários desafios e, para superar essas dificuldades e assegurar a qualidade da formação alinhada com os princípios do Processo de Bolonha, o governo português instituiu, em 2007, através do Decreto-Lei n.º 369/2007, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. Órgão esse encarregado da acreditação e avaliação dos cursos superiores em Portugal.

O Processo de Bolonha foi considerado a maior operação de harmonização das formações, certificados e qualificações no contexto europeu. Como uma política educacional supranacional, revolucionou o ensino superior europeu, sendo reconhecido como a formalização da proposta de criação do Espaço Europeu do Ensino Superior (MEIRELLES, 2016).

## **2.2 Breve categorização dos cursos de Serviço social a partir das adaptações ao Processo de Bolonha**



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

De acordo com o que foi tratado no item anterior, o ensino superior europeu foi alterado de maneira drástica e é possível notar como as mudanças trazidas com o Processo de Bolonha afetaram os cursos de Serviço Social em Portugal, sendo necessidade do capital de formar trabalhadores que supram o que é exigido do mercado de trabalho em toda a Europa. Essas mudanças são vistas em diversos aspectos, como: o tempo de formação, disciplinas oferecidas e a natureza da instituição, sendo em sua maioria privadas.

Atualmente, o Protocolo de Bolonha conta com a adesão de 48 países, que se comprometem com metas baseadas em recomendações. Em Portugal existem 17 (dezessete) cursos de licenciatura em Serviço Social, 6 (seis) ofertados em instituições públicas e 11 (onze) em instituições privadas. Dos 17 (dezessete) cursos, 12 (doze) localizam-se em universidades ou institutos universitários e 5 (cinco) encontram-se em institutos politécnicos. Contendo ainda 11 (onze) programas de pós-graduação, nível de mestrado, e 3 (três) programas de pós-graduação de doutoramento.

No intuito de identificar aspectos da formação em serviço social pós adequação das escolas ao Processo de Bolonha, este trabalho analisou os Planos de Estudos de 9 cursos de Serviço Social em Portugal e a fim de preservar a identidade das escolas analisadas, estas estão identificadas de maneira aleatória como Escola 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9. O levantamento de dados foi realizado como parte das atividades do projeto de pesquisa e iniciação científica realizado durante os anos de 2023 e 2024. Os dados foram obtidos por coleta nos sites das instituições de ensino superior.

Com base na coleta de dados sobre os cursos de Serviço Social em Portugal, identificamos o seguinte cenário:

#### Quadro 1: Caracterização das escolas de Portugal

INSTITUIÇÃO	NATUREZA	TIPO DE ENSINO	DURAÇÃO DO CURSO	REGIME – DIURNO OU PÓS-LABORAL
Escola 1	Privada	Universidade	3 anos	Diurno
Escola 2	Pública	Universidade	3 anos	Pós-laboral
Escola 3	Pública	Universidade	3,5 anos	Diurno e pós-laboral
Escola 4	Privada	Universidade	3 anos	Diurno



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Escola 5	Privado/ Confessional	Universidade	3 anos	Diurno
Escola 6	Privada	Universidade	3,5 anos	Diurno e Pós-Laboral
Escola 7	Pública	Universidade	3,5 anos	Diurno
Escola 8	Privada	Universidade	3 anos	Diurno
Escola 9	Privado	Instituto Politécnico	3 anos	Diurno

Fonte: as autoras.

A partir do quadro acima, é possível observar algumas características nas escolas de Serviço Social em Portugal. Quanto à natureza das escolas, deste universo analisado, 33,3% são públicas e 66,7% são privadas, ou seja, são em sua maioria instituições privadas e/ou confessionais. No que tange os tipos de ensino das instituições em questão, apenas 1 (uma) se trata de um instituto politécnico, sendo as demais 8 (oito) Universidades.

A duração do curso de Serviço Social nas escolas analisadas varia de 3 a 3,5 anos, no entanto a maioria (75%) tem 3 anos de duração. Finalmente, tratando-se do regime do curso, 6 (seis) são diurnos, 1 (um) é pós-laboral e 2 (dois) oferecem ambas as opções. Este dado retrata a dificuldade de ingresso dos estudantes trabalhadores nos cursos, haja vista que a maioria 67% (6) são ofertados durante o dia.

No quadro abaixo, iremos apresentar a caracterização dos Planos de Estudos das escolas de Serviço Social em Portugal, buscando compreender a relação entre as disciplinas específicas de Serviço Social e as disciplinas gerais, que podem ser das matérias de direito, ciências sociais, economia, direito, entre outras. Tais Planos de Estudos estão disponíveis em documentos publicados pelas próprias instituições. Da mesma forma, é a própria instituição que identifica a disciplina como específica e/ou geral.

## **Quadro 2: Caracterização dos Planos de Estudos dos Cursos de Serviço Social**



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Escola	Disciplinas Específicas	CH (créditos)	%	Disciplinas Gerais	CH (créditos)	%	CH Total do curso (créditos)
1	15 disciplinas	99 (81 + 18 estágio)	55 %	14 disciplinas	81	45 %	180
2	16 disciplinas	105 (70 + 35 estágio)	58 %	16 disciplinas	75	42 %	180
3	11 disciplinas	84 (54 + 30 estágio)	50 %	16 disciplinas	84	50 %	168
4	19 disciplinas	112 (73 + 39 estágio)	62 %	14 disciplinas	68	38 %	180
5	16 disciplinas	113 (63 + 49,5 estágio)	71 %	9 disciplinas	46	29 %	159
6	21 disciplinas	146 (101 + 45 estágio)	73 %	12 disciplinas	55	27 %	201
7	15 disciplinas	111 (84 + 27 estágio)	55 %	15 disciplinas	90	45 %	201
8	19 disciplinas	119 (69 + 50 estágio)	71 %	11 disciplinas	49	29 %	168
9	14 disciplinas	113 (61 + 52 estágio)	68 %	12 disciplinas	52	32 %	165

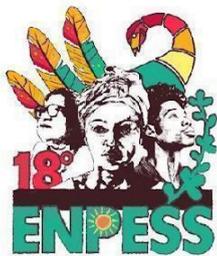
Fonte: as autoras.

Com base nas informações demonstradas no quadro acima, é possível analisar que a quantidade de disciplinas específicas é maior ou igual às disciplinas gerais, variando de 50 a 73%. Contudo se considerarmos que boa parte da carga horária das disciplinas específicas faz-se também pela carga horária de estágio (que podem estar presentes em até 2 anos da formação), a quantidade de carga horária das disciplinas específicas se tornam menores, em alguns casos chegando a ser inferior à das disciplinas gerais.

É importante mencionar que, assim como já foi citado, não há regulamentações que estipulem conteúdos mínimos para a formação em Serviço Social, da mesma forma, não há normativas específicas que direcionem o estágio supervisionado e Serviço Social em Portugal. e o papel que o estágio tem no processo de formação de assistentes sociais portugueses.

A pesquisa ainda buscou, nas FUC - Fichas de unidades Curricular<sup>8</sup>, conteúdos que embasam a formação acadêmica em Serviço Social neste país. Elencou algumas temáticas

<sup>8</sup> FUC – Fichas de unidade Curricular correspondem no Brasil aos Programas das disciplinas que compõe a matriz curricular do curso.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

que, no caso brasileiro, compõem o conjunto de conhecimentos necessários à formação de assistentes sociais. Com o intuito de identificar similitudes com a formação em Serviço Social brasileira, definiu-se pela busca de temáticas específicas nas FUC das disciplinas que compõem os Planos de Estudos dessas escolas como: Precarização do trabalho, Lutas e/ou Movimentos Sociais, Desigualdades, Pobreza, Exclusão e Gênero/Feminismo.

Das 215 FUC disponíveis para análise, apenas 17%, ou seja, 37 FUC/disciplinas versam sobre alguma das temáticas elencadas. Dentre as disciplinas que versam sobre este temas, a temática que mais aparece é a de exclusão, citada por 15 FUC - o que representa 41% do total de disciplinas que possuem as temáticas citadas e apenas 7% do total de disciplinas analisadas (215). Posteriormente ao tema da exclusão, as temáticas mais citadas são gênero e pobreza, com 14 menções cada. As 14 menções representam 38% das disciplinas que possuem as temáticas e 6,5% do total de disciplinas analisadas. A desigualdade é temática que aparece em 9 FUC, ou seja, em 24% do montante de disciplinas que mencionam as temáticas e 4% do total de disciplinas disponíveis para análise. Por fim, as temáticas que menos aparecem relacionam-se ao debate da precarização do trabalho e o debate das lutas e movimentos sociais, ambos com 4 citações cada, sendo 11% das disciplinas com as temáticas elencadas e incipientes 1,8% do total de disciplinas analisadas.. Ressalta-se ainda que, se especificarmos a busca por “movimentos sociais”, apenas 1 disciplina menciona essa temática.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na trajetória sócio-história da formação em Serviço Social em Portugal muitas foram as mudanças: a profissão nasce atrelada à perspectiva religiosa e ao Estado Novo e posteriormente se vincula ao Serviço Social norte-americano. A revolução dos Cravos em 1974 e o contexto contestador aproxima o Serviço Social de uma perspectiva crítica, com destaque para a interlocução com o Serviço Social brasileiro através do Protocolo de Cooperação Científica entre as escolas portuguesas e a PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

No entanto, o cenário que se segue, em especial, após a entrada de Portugal na União Européia inclinam o Serviço Social à Europa. Fato marcante desta inclinação é a adequação do ensino superior ao Processo de Bolonha. Atualmente, todas as escolas de Serviço Social do país, ou seja, as 9 escolas analisadas neste artigo, já realizaram adequações



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

necessárias às exigências de Bolonha, atendendo a pressão neoliberal e as orientações do mercado.

Ao analisar brevemente as características das escolas de Serviço Social de Portugal, constatamos que estas seguem as orientações do Processo de Bolonha. A duração dos cursos tem em média 3 anos e a matriz curricular é organizada em disciplinas específicas do Serviço Social, que compõem em média 50% da carga-horária e disciplinas gerais, as quais possuem relevância nos conteúdos da formação profissional dos assistentes sociais.

Em especial aos conteúdos, os dados, ainda preliminares, aos quais serão aprofundados em outro momento da pesquisa, mostram que há uma diversidade de conteúdos, devido a ausência de regulamentação específica da formação em serviço Social. No que tange as temáticas elencadas na pesquisa e afins à formação de assistentes sociais brasileiros, percebe-se que a quantidade de disciplinas que abordam as categorias apresentadas na formação do Serviço Social português, é diminuta em relação ao total de disciplinas oferecidas, expressando o atual afastamento entre o Serviço social brasileiro e o português.

## REFERÊNCIAS:

AMARO, Maria Inês. **Urgências e emergências do serviço social**: fundamentos da profissão na contemporaneidade. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2012.

BOLONHA. **Declaração de Bolonha**. 1999. Disponível em: . Acesso em: 3 out. 2018.

BRANCO, Francisco. A profissão de assistente social em Portugal. **Revista Lócus Soci@l**, Lisboa, n. 3, 2009.

CARVALHO, Maria Irene de; PINTO. Carla (Org.). **Serviço social: teorias e práticas**. Lisboa: Pactor, 2014.

CARVALHO, Maria Irene et al. O sistema de ensino em serviço social pós-Bolonha: uma visão crítica. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 197-220, jan./jun. 2013.

COELHO, Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira. **A Formação Profissional em Serviço Social no Brasil e em Portugal**: encontros e desencontros. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. (Texto cedido pela autora).

COELHO; Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira; GUEDES, Olegna de Souza. O legado da cooperação científica entre o curso de Serviço Social da PUC-SP e escolas portuguesas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 142, p. 549-567, set/dez, 2021



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

DUARTE, Telma Rosaria Freitas. **Formação de 1º ciclo em serviço social após adequação ao Processo de Bolonha**. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, 2009.

MARTINS, Alcina. **Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social português** – a escola normal de Coimbra. *Intervenção Social*, Coimbra, n. 11, 1995.

MARTINS, Alcina. Investigação em serviço social no Portugal contemporâneo: paradoxos e desafios. **Revista Locus Soci@I**, Lisboa, n. 1, 2008.

MARTINS, Alcina. **O Processo de Bolonha e a formação em serviço social: questões e problemas**. In: DIA MUNDIAL DO ASSISTENTE SOCIAL, 2007, Matosinhos. **Anais...** Matosinhos: APSS/AIDSS, 2007. Disponível em: . Acesso em: 10 de mar. 2024.

MARTINS, Alcina. **Serviço social e investigação**. In: NEGREIROS, Maria Augusta Gerales et al. *Serviço Social: profissão e identidade: que trajetória?*. Lisboa: Veras, 1998. (Cadernos do futuro).

MARTINS, Alcina. **70 anos de formação em serviço social em tempos de ditadura e de democracia: da escola normal superior ao Instituto Miguel Torga**. *Interações*, Campo Grande, n. 17, p. 21-44, 2009.

MARTINS, Alcina Maria de Castro; SANTOS, Cláudia Mônica dos. A formação do assistente social em Portugal: tendências críticas em questão. **Revista Katálasys**, Florianópolis, v. 9, p. 324-332, out./dez. 2016b.

MEIRELLES, Catharina Marinho. **Reformas no ensino superior: a regulação dos docentes das universidades públicas de Portugal**. 2016. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica do Serviço Social)

PIMENTEL, Irene Flunser (2011) - **A cada um o seu lugar, a política feminina do Estado Novo**. **Lisboa**: Editoras Temas e Debates e Círculo de Leitores.

SILVA, Teresa Paula Garcia Rodrigues da. **A primeira escola de serviço social em Portugal: o projeto educativo fundador e a configuração do campo de conhecimento (1935-1955)**. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, 2016.

WIELEWICKI, Hamilton de Godoy; OLIVEIRA, Marlize Rubin. **Internacionalização da educação superior: processo de Bolonha**. Ensaio: aval. pol. públ. educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 215-234, jun. 2010. Disponível em: <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362010000200003&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362010000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 18 fev. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social